



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

FRANCIANY VICENTE DE LIMA

**SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE
AÇÃO CULTURAL (CENTRAC) EM CAMPINA GRANDE/PB**

**CAMPINA GRANDE - PB
2017**

FRANCIANY VICENTE DE LIMA

**SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE
AÇÃO CULTURAL (CENTRAC) EM CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em cumprimento às exigências para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Ms. Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas

CAMPINA GRANDE - PB

2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732s Lima, Franciany Vicente de.
Serviço social e terceiro setor [manuscrito] : a experiência do centro de ação cultural (CENTRAC) em Campina Grande/PB / Franciany Vicente de Lima. - 2017.
28 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Profa. Ma. Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas, Departamento de Serviço Social - CCSA."

1. Terceiro setor. 2. ONGs. 3. Serviço social. 4. Ação cultural . 5. Responsabilidade social.

21. ed. CDD 361.763

FRANCIANY VICENTE DE LIMA

**SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE
AÇÃO CULTURAL (CENTRAC) EM CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social, pelo Curso de Serviço
Social da Universidade Estadual da
Paraíba – UEPB – Campus I – Campina
Grande - PB.

Aprovado em: 16 / 12 / 2017.

BANCA EXAMINADORA

Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas

Profª. Me. Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Maria do Socorro Pontes de Souza

Profª. Me. Maria do Socorro Pontes de Souza (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Maria Noalda Ramalho

Profª. Drª. Maria Noalda Ramalho (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus, pois tem sido em todo o tempo e circunstância, meu refúgio, fortaleza e provisão. Aos meus pais Francisco Tavares de Lima (In Memoriam) e Ana Paula Vicente de Lima. A meu irmão Franciezer Lima, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus por estar comigo em “todos” os momentos.

A minha família, em especial minha mãe Ana, e meu irmão Franciezer por tornarem esse momento possível.

A meu pai, Francisco (In Memoriam).

Ao meu companheiro, Tony, pelo apoio nessa trajetória com sua simplicidade e paciência.

À minha orientadora, Bárbara, por sua compreensão, colaboração e dedicação, neste difícil, porém, gratificante processo de construção deste trabalho.

À Noalda e Socorro por terem aceitado o convite de fazer parte da minha banca examinadora.

Às minhas amigas/irmã, Hortência e Tatyane, pelos momentos que vivenciamos, pelo carinho e companheirismo.

Enfim, a todos aqueles que direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação profissional.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
2. PRINCÍPIOS SÓCIO HISTÓRICO DA REPRODUÇÃO DO TERCEIRO SETOR	09
2.1 Crise estrutural do capital	10
2.1.1 Fundamentos socioeconômicos da crise do capital no Brasil	12
2.1.1.1 Contrarreforma do Estado brasileiro e o surgimento do terceiro setor	15
3. ONGS COMO CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS ASSISTENTES SOCIAIS	18
3.1 Fundamentos do trabalho profissional do assistente social	19
3.1.1 Terceiro setor e serviço social: reconfiguração dos espaços sócio ocupacionais da profissão	20
4. O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE AÇÃO CULTURAL – CENTRAC (CAMPINA GRANDE/PB)	21
4.1 O Centro de Ação Cultural – CENTRAC: considerações sobre sua história e funções	21
4.2 O trabalho do assistente social no Centro de Ação Cultural – CENTRAC	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	27

SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE AÇÃO CULTURAL (CENTRAC) EM CAMPINA GRANDE/PB

Franciany Vicente de Lima¹

RESUMO:

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado na forma de artigo, tem como objetivo analisar o terceiro setor como um campo de atuação do Serviço Social, considerando a inserção dos assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional como decorrente do projeto neoliberal de contrarreforma do Estado brasileiro, que se consolidou no país na década de 1990 com um forte processo de privatização e desresponsabilização do Estado frente aos problemas sociais, transferindo para sociedade a responsabilidade dos serviços sociais. O interesse pela temática surgiu a partir da experiência do Estágio Supervisionado Curricular obrigatório em Serviço Social na instituição Centro de Ação Cultural – CENTRAC, no município de Campina Grande/PB. O presente estudo caracteriza-se como fruto de uma pesquisa de cunho bibliográfico, mediante análise de material já elaborado, como livros e artigos científicos. A partir dessa reflexão, considerando o terceiro setor como espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais, o qual coloca para categoria novos desafios, contradições e particularidades, exigindo dos mesmos, propostas de trabalhos estruturadas por trabalhos articulados com os princípios do Projeto ético-político da profissão.

Palavras Chave: Terceiro Setor. ONGs. Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

Sabemos que é da natureza do capitalismo sofrer crises periódicas, e que essas têm sua raiz nos problemas oriundos do processo de acumulação do capital. Para Tonet (2009) a raiz mais profunda da crise que o mundo vive hoje, está nas relações que os homens estabelecem entre si na produção da riqueza material, ou seja, nas relações de produção e reprodução do capital. Sendo todas as dimensões da realidade social afetada pelas repercussões das mesmas.

A crise estrutural do capital desenvolvida a partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, desdobrou-se em mudanças no campo da produção econômica e na reprodução da vida social, por meio, sobretudo, da reestruturação produtiva, e do neoliberalismo, com a redefinição do papel do Estado. Esse processo materializou-se em precarização nas condições de trabalho, erosão dos direitos trabalhistas e sociais, desregulamentação da economia,

¹ Graduanda do Curso de Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Email: franciany1@hotmail.com

conjunto de privatizações, e principalmente, implicações no padrão de enfrentamento da “questão social”².

É nesse contexto que o terceiro setor encontra seus fundamentos sócio-econômicos, assumindo responsabilidades que eram do Estado, passando a responder à parte dos problemas sociais, com os princípios da auto-ajuda, solidariedade e ajuda mútua, na perspectiva, portanto, da ideologia neoliberal.

O terceiro setor surge, então, como mecanismo funcional para o projeto do capital em crise, transferindo para a sociedade a responsabilidade de executar parte dos serviços sociais. Com isso, criando novos espaços de trabalho para as mais variadas profissões, entre elas, o Serviço Social.

Diante da atual conjuntura, os espaços de trabalho dos/as assistentes sociais, que sempre foram caracterizados como sendo o Estado seu maior empregador, vêm atualmente sendo modificados pela reestruturação do capital e com a redefinição do papel do Estado. Sendo também as demandas postas ao Serviço Social modificadas.

Segundo Mota e Amaral (2008, p. 25),

Admitimos, portanto, que a trilha por onde caminham os desafios aos profissionais do Serviço Social – consideradas as particularidades do seu trabalho – são as novas modalidades de produção e reprodução social da força de trabalho. Estas últimas, mediadas pelo mercado de trabalho profissional, passam a exigir a refuncionalização de procedimentos operacionais, também determinando um rearranjo de competências técnicas e políticas que, no contexto da divisão social e técnica do trabalho, assumem o estatuto de demandas à profissão.

Os profissionais do Serviço Social vêm enfrentando os rebatimentos da conjuntura de reestruturação do capital, seja através dos novos espaços ocupacionais, seja pelas novas demandas postas aos assistentes sociais. O que exige do profissional uma postura crítica-reflexiva, na perspectiva de totalidade, amparado pelos princípios e normas do Código de Ética profissional e pelas competências e atribuições da Lei que Regulamenta a profissão.

Nesta perspectiva, este trabalho busca analisar o terceiro setor como um campo de atuação do Serviço Social, tendo como referência para análise e reflexão, os fundamentos sócio-históricos da gênese deste, bem como o estágio supervisionado obrigatório realizado na instituição Centro de Ação Cultural – CENTRAC.

² Netto (2007, p. 17 apud CERQUEIRA FILHO) diz que "por 'questão social', no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a 'questão social' está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e o trabalho".

O Centro de Ação Cultural – CENTRAC, caracteriza-se como uma instituição da sociedade civil de direitos privado sem fins lucrativos. Situa-se na cidade de Campina Grande-PB, e tem por missão colaborar para a elaboração de uma cultura cidadã com destaque nas políticas públicas, junto à sociedade civil organizada ou não, que esteja aplicada no fortalecimento da democracia com a justiça social, por meio da participação e do controle social da gestão pública.

A aproximação com tal temática se deu através do Estágio Supervisionado obrigatório em Serviço Social na referida instituição, no período de 2016 a 2017, com base nas observações e participação no referido campo de estágio, e principalmente pelas particularidades de tal campo de ocupação. A relevância do estudo da presente temática apresenta-se na perspectiva do necessário aprofundamento de análise acerca do exercício profissional neste campo de trabalho, permeado por desafios.

Para realização da pesquisa, ora apresentada em forma de artigo científico, escolhemos o método crítico-dialético, por compreendermos que este é o único apto de capturar o movimento do objeto estudado em sua totalidade histórica. A pesquisa que realizamos foi de cunho bibliográfico que desenvolveu-se por meio da análise e reflexão de material já elaborado, como artigos científicos e livros, como também o diário de campo.

Os resultados, fruto deste percurso, apresentam-se em três tópicos: no primeiro, abordamos os princípios sócios históricos da reprodução do terceiro setor, para tal, resgatando a crise contemporânea do capital e suas particularidades no Brasil; no segundo, a análise voltou-se, para atuação profissional nas ONGs tendo como base os fundamentos do trabalho profissional; no terceiro e último, apresenta-se o relato crítico-reflexivo de experiência do estágio supervisionado obrigatório, no Centro de Ação Cultural – CENTRAC, onde objetivou-se capturar e apresentar as particularidades do exercício profissional em tal campo de atuação.

2 PRINCÍPIOS SÓCIO HISTÓRICO DA REPRODUÇÃO DO TERCEIRO SETOR

Iniciaremos a reflexão sobre a relação serviço social e terceiro setor pela análise de seus fundamentos sócio-históricos, que tem como base os fundamentos econômicos, onde situa-se a importância de compreender de que forma a crise do capital dos anos 1970, por uma série de mediações, determinou o surgimento do fenômeno que ora estudamos.

Sendo o serviço social transformado pelas modificações econômicas, políticas e sociais é necessário entender os rebatimentos de tal conjuntura mencionada para profissão,

para tal, se faz necessário entender as particularidades do projeto neoliberal no Brasil mediante a contrarreforma do Estado.

2.1 Crise Estrutural do Capital

O capitalismo tem como uma de suas características as crises econômicas, sendo a emergência delas uma tendência sempre presente. Segundo Montañó (2008, p.24) o modo de produção capitalista, “intercala períodos de crescimento acelerado, seguidos de fases de crescimento desacelerado, convulsões e estagnação, derivando em crises econômicas generalizadas e cumulativas”.

Dessa forma no final da década de 1920 e início da década de 1930, o capitalismo enfrentou uma de suas maiores crises, a crise de 1929-1932 ou, como é conhecida, a Grande Depressão. A mesma teve como consequências o fechamento de milhares de empresas, o altíssimo número de desemprego e, conseqüentemente, o pauperismo.

Conforme Behring e Boschetti (2011, p.68),

Foi a maior crise econômica mundial do capitalismo até aquele momento. Uma crise que se iniciou no sistema financeiro americano, a partir do dia 24 de outubro de 1929, quando a história registra o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova York. A crise se alastrou pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes.

Para enfrentar o quadro de crise estabelecido em praticamente todo o mundo, o capitalismo necessitou de novas estratégias para recompor seu desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, ganham força as ideias de John Maynard Keynes³, que defendia a intervenção do Estado na economia, o qual deveria atribuir o papel de produtor e regulador das relações econômicas e sociais. A política Keynesiana intervinha na ação do Estado por intermédio da relação capital-trabalho e nas políticas sociais, mediante a política salarial e o pleno emprego.

Junto ao keynesianismo, surge o modo de produção fordista, que tinha como sustentação a produção em massa para o consumo de massa, e dos acordos coletivos com a classe trabalhadora. Para tal, houve mudanças na produção como a introdução da linha rígida

³ John Maynard Keynes foi um economista inglês, dos mais importantes do século XX, que fundou a escola de pensamento econômico conhecida como Keynesianismo, a partir de sua crítica ao liberalismo, com o desenvolvimento da teoria de intervencionismo estatal na economia. Suas ideias foram amplamente utilizadas por Governos, sobretudo europeus, no pós-Guerra.

de produção, em série e de massa, bem como a regulação das relações sociais, com controle sobre o modo de vida e de consumo dos trabalhadores.

Foi apenas após a Segunda Guerra Mundial que o Keynesianismo-fordismo se consolidou, especialmente na Europa. Período que ficou conhecido como “anos de ouro” ou “onda longa expansiva”, onde o capital reconstituiu os pilares do processo de acumulação econômica, com altas taxas de lucros e um alto nível de internacionalização do capital. No mesmo contexto, mediante a mobilização e organização da classe trabalhadora, adveio o reconhecimento dos direitos sociais, através das políticas sociais, onde houve, naquele momento, uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores, com acesso ao consumo e ao lazer, e também, uma breve estabilidade no emprego, por meio do contexto de pleno emprego, tudo isso por intervenção do sistema de proteção social denominado *Welfare State*. Assim, segundo Behring e Boschetti (2011), a generalização dos direitos sociais é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais.

A fase expansiva do capitalismo começou a dar sinais de desgaste a partir do final da década de 1960, ocasionando consequências devastadoras para as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, quebrando com o pacto dos anos de expansão do pleno emprego Keynesiano-fordista e com o fim do padrão de proteção social expresso no crescimento das políticas sociais.

O agravamento do desemprego por intermédio da automação, o aumento dos preços de matérias-primas básicas, a retraída do comércio mundial e o moderado aumento do consumo por parte dos trabalhadores, foi a base da crise de superprodução do capital no início dos anos 1970.

Tal crise teve seus rebatimentos principalmente na queda da taxa de lucros e na decadência do padrão de acumulação fordista de produção, conseqüentemente obrigando o capital a elaborar alternativas para tal crise, por meio de uma nova reestruturação produtiva, que dará origem posteriormente, ao modo de produção toyotista.

Segundo Montaño (2008, p.25),

Não obstante, o sistema capitalista tem demonstrado, historicamente, uma notável capacidade de se refazer como a “fênix”, de “corrigir”, de “neutralizar” (temporariamente) suas crises, mediante mecanismo (econômico, político, ideológicos, legais ou não), que interceptam e anulam transitoriamente os efeitos da lei geral de tendência decrescentes da taxa de lucro. Desta forma, no contexto atual de crise, o capital reage num duplo movimento, como forma de enfrentar a crise e ampliar os níveis de lucro esperado, o que conforma uma “*nova estratégia*” *hegemônica*, hoje conhecida como projeto neoliberal.

Mediante o contexto de crise no final dos anos 1970, o capital se reorganiza com a finalidade de retomar as taxas de lucro, desta vez através do projeto neoliberal, com demasiadas transformações no mundo do trabalho, na esfera produtiva e nas especificações de intervenção do Estado.

Para manter a conservação e ampliação do sistema, o capital lança um novo padrão de produção, o Toyotismo, onde o processo produtivo torna-se flexível e está diretamente ligado à demanda. Há uma redução da força de trabalho na qual o trabalhador é substituído pela máquina.

No mundo do trabalho houve um aumento do desemprego, precarização das relações de trabalho, aumento de empregos temporários, terceirização e, principalmente, fragmentação da classe trabalhadora através do dismantelamento dos sindicatos.

No tocante ao Estado, a principal mudança é a retirada da sua ação reguladora frente a economia e aos problemas sociais. Retirando assim, as políticas sociais da lógica democrática e passando-as para o mercado, eximindo a responsabilidade do Estado diante da “questão social”.

A ofensiva neoliberal se estabeleceu na década de 1980 com suas características perversas, especialmente no tocante às reconfigurações das políticas sociais, na direção de sua restrição, seletividade e focalização, conseqüentemente com repercussões negativas para classe trabalhadora.

No Brasil devido suas particularidades, o rebatimento do neoliberalismo chega de maneira singular. É o que veremos a seguir.

2.1.1 Fundamentos socioeconômicos da crise do capital no Brasil

No Brasil, o desenvolvimento capitalista teve suas peculiaridades. Diferentemente dos países centrais, o Brasil teve suas particularidades no processo de formação sócio histórica. O período da colonização serviu à acumulação de capital, conformando os traços de uma sociedade e uma economia extremamente dependente dos países centrais. Outro ponto crucial na formação sócio-histórica brasileira, foi a gravidade da escravidão que deixou marcas, até hoje, nas relações sociais e na relação entre capital e trabalho no país. Por último, considera-se o desenvolvimento desigual e combinado, “o qual este se configura como uma formação social na qual sobressaem ritmos irregulares e espasmódicos, desencontrados e contraditórios, numa espécie de caleidoscópio de muitas épocas” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 72).

No Brasil havia uma combinação do moderno, ou seja, a inserção no capitalismo, porém pela via não-clássica, e a conservação de características de períodos histórico anteriores. À vista disso, a política social no Brasil amargou os rebatimentos do referido contexto histórico.

As políticas sociais no Brasil não experimentaram o modelo do *Welfare State*, o qual atendia as demandas operárias por melhores condições de vida e trabalho. Portanto, não vivenciamos um Estado de Bem-Estar Social.

Segundo Mota (2009, p. 57),

Diferente da trajetória que determinou o *Welfare*, o desenvolvimentismo no Brasil foi resultado de um processo de modernização conservadora que consolidou a industrialização e o crescimento econômico, mas que não redistribuiu os resultados dessa expansão com a maioria da população trabalhadora. Merece, portanto, ser ressaltada a inexistência da experiência *Welfareana* no Brasil apesar da criação de algumas políticas de proteção social, instituídas a partir dos anos 40, mas somente redefinidas nos anos 80, quando se instituem as bases formais e legais do que poderia ser um Estado de Bem-Estar Social, na Constituição de 1988.

A Constituição Federal de 1988, adveio do processo de redemocratização do país, mediante a luta e pressão dos movimentos sociais, personalidades e partidos políticos que lutaram por políticas públicas orientadas pelos princípios da universalização, responsabilidade pública e gestão democrática. Tem-se na Constituição Federal de 1988 conquistas importantíssimas para classe trabalhadora. O mais importante dos avanços foi a construção de um sistema de Seguridade Social, constituído pelo tripé: previdência, saúde e assistência social públicas. Sendo a previdência de caráter contributivo, a saúde direito de todos e assistência social para quem dela precisar.

Desse modo, a Constituição Federal de 1988 foi um marco importante para a classe trabalhadora, pois a mesma passou a garantir direitos sociais aos cidadãos brasileiros. Entretanto, a conquista constitucional assegurada pela forte organização dos movimentos sociais, foi praticamente desmontada com o advento do projeto neoliberal no início dos anos 1990, antes mesmo de sua plena efetivação.

Nesse período, há a integração do Brasil à ordem econômica mundial, mediante o projeto neoliberal, que se traduzirá em medidas de ajuste econômico e retração das políticas públicas de proteção social, aumento da pobreza, do desemprego e na decadência do movimento sindical.

Segundo Montaña (2008, p.36),

Inicia-se, lenta e gradualmente, o processo de reestruturação (ajuste) capitalista no Brasil. Começa a amadurecer a ideia de *reformular o Estado*, eliminando os aspectos

“trabalhista” e “sociais” já vindos do período varguista nos anos 30-60 (de desenvolvimento “industrial” e de constituição de “Estado social”), e, particularmente, esvaziando as conquistas sociais contidas na Constituição de 1988.

Não casualmente, justamente quando conquistada a Constituição Federal de 1988, com um projeto que traça um forte sistema de proteção social no Brasil, os setores ligados ao grande capital, orientados pelo Consenso de Washington⁴ iniciam o desmonte dos direitos garantidos em tal Constituição.

Perante o norte do Consenso de Washington, tem abertura no Brasil a contrarreforma do Estado, com o governo Fernando Collor (1990-1992) em seguida Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com o discurso de que o Estado brasileiro está em crise devido “a burocracia, ineficiência e corrupção do Estado” (MONTAÑO, 2008, p.41).

Em conformidade com Behring (2003, p. 178),

A “reforma” deverá seguir por alguns caminhos: ajuste fiscal duradouro; reformas econômicas orientadas para o mercado – abertura comercial e privatizações -, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica que fortaleça a competitividade da indústria nacional; reforma da Previdência Social; inovação dos instrumentos de política social; e reforma do aparelho do Estado, aumentando sua eficiência. O ajuste fiscal cabe à equipe econômica (Planejamento e Fazenda). Ao Plano Diretor e ao Mare cabe elaborar propostas visando aumentar a *governance* do Estado brasileiro.

O que ocorreu a partir dos anos 1990 com a contrarreforma do Estado, foi na verdade o desmonte e a destruição do Estado brasileiro para adaptação passiva à lógica capitalista, e a retirada da responsabilidade do Estado em relação às políticas públicas sociais. As políticas sociais no contexto da década de 1990 passam a se organizar por meio da privatização, focalização e descentralização. Assim, o direito à educação, saúde, trabalho, moradia, lazer e etc., previstos na Constituição Federal de 1988, ficaram quase que exclusivamente no papel.

Portanto, as execuções das políticas sociais na conjuntura da contrarreforma do Estado brasileiro foram transferidas para as organizações da sociedade civil e da iniciativa privada, na contramão das políticas sociais conquistadas na Constituição de 1988. Tal fato é conhecido como “*Programa de Publicização*, que se expressou na criação das agências executivas e das organizações sociais, bem como da regulamentação do terceiro setor para a execução de políticas públicas” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 154).

⁴ “Em novembro de 1989 realizou-se uma reunião entre os organismos de financiamento internacional de Bretton Woods (FMI, BID, Banco Mundial), funcionários do governo americano e economistas latino-americanos, para avaliar as reformas econômicas da América Latina, o que ficou conhecido como Consenso de Washington.” (MONTAÑO, 2008, p. 29)

É no enquadramento da contrarreforma do Estado, no rearranjo das funções do mesmo, como também sua negação aos enfrentamentos da “questão social” que o terceiro setor surge. É sobre isso que aprofundaremos no próximo tópico.

2.1.1.1 Contrarreforma do Estado brasileiro e o surgimento do terceiro setor

A expansão do terceiro setor está intimamente ligado ao projeto de reestruturação do capital, como um fenômeno contemporâneo que passa a dar respostas às expressões da “questão social”. O terceiro setor é cercado por contradições e polêmicas, características estas, que podem ser entendidas por duas concepções diferentes no tocante ao seu significado. Numa, a argumentação é comandada pela perspectiva tradicional/conservadora, na outra, por uma visão crítica e de totalidade.

Para a perspectiva conservadora, a realidade social está dividida em três setores independentes, sendo o primeiro setor o Estado, o segundo o mercado, e o terceiro a sociedade civil. Ou seja, o político pertence a esfera estatal, o econômico ao âmbito do mercado e o social remete a sociedade civil.

Segundo Montaña (2008, p. 182),

[...] numa perspectiva crítica e de totalidade, este conceito resulta inteiramente ideológico e inadequado ao real. A realidade social não se divide em “primeiro”, “segundo” e “terceiro” setor – divisão que, como vimos, consiste num artifício positivista, institucionalista ou estruturalista.

Na teoria marxista, a partir de uma perspectiva crítica e de totalidade, o terceiro setor é visto como um fenômeno real vinculado ao processo de reestruturação do capital, onde as funções de resposta às demandas sociais são desenvolvidas por organizações da sociedade civil, retirando a responsabilidade fundamental do Estado.

De acordo com Montaña (2008, p. 186),

[...] o que é chamado de “terceiro setor”, numa perspectiva crítica e de totalidade, refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta à “questão social”, seguindo os valores da solidariedade local, da autoajuda e da ajuda mútua.

Utilizamos tal perspectiva para entendimento do terceiro setor, onde a realidade social não está dividida em setores independentes. Como já citado, o conceito de terceiro setor

torna-se inteiramente ideológico e inadequado ao real, ou seja, à realidade social. O fenômeno em questão não é o desenvolvimento de organizações de um setor em detrimento de outro, mas na verdade, a alteração de um modelo de resposta à “questão social” com a desresponsabilização do Estado e a isenção do capital.

As respostas às expressões da “questão social” no contexto atual, tendem a ser transferidas para o âmbito imediato e individual, para a esfera privada, ou seja, “com a passagem do fundamento da legitimação sistêmica das lógicas democráticas para as lógicas da sociedade civil e do mercado” (MONTAÑO, 2008, p. 188). As soluções às necessidades sociais deixam de ser uma responsabilidade de todos e um direito do cidadão, e passam agora sob a regência do neoliberalismo a ser uma opção do voluntariado, da ajuda mútua. Tal processo verifica uma verdadeira vazão da concepção dos direitos de cidadania, o que configura um retrocesso dos direitos sociais.

O terceiro setor é, sem dúvida, um mecanismo do capital, que apresenta o Estado como burocrático, e transferindo para sociedade civil a responsabilidade das demandas sociais, sendo esta democrática.

Segundo Montaña (2008, p. 185),

A discussão é levada para a comparação entre instituição estatal – tratada como burocrática, ineficiente, corrupta, rígida e em crise (fiscal) – e organizações do terceiro setor – tidas como dinâmicas, democráticas, populares, flexíveis, atendendo às particularidades regionais e categoriais.

Dessa forma a ação social deixa de ser responsabilidade do Estado e conjunto da sociedade, ou seja, capital e trabalho, passando para auto responsabilidade dos cidadãos pela solução dos seus próprios problemas sociais. O que era direito dos cidadãos, passa a ser atividade desenvolvida pelo voluntariado e filantropia. Agora o que ocorre é uma parceria entre entidades do terceiro setor e o Estado que ocorre de forma “dócil, despolitizado e despolitizador funcional ao projeto neoliberal de reestruturação sistêmica”. (MONTAÑO, 2008, p. 237)

A relação do Estado com as entidades do terceiro setor ocorre de forma institucionalizada, onde especificamente as ONGs são incorporadas pelo Estado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005), como equipamentos sociais que executam a política de assistência. De acordo com o SUAS os órgãos gestores podem estabelecer parcerias com as entidades do terceiro setor.

Em pesquisa realizada (2014, CORREA; COSTA; NOGUEIRA) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), na capital do Amazonas, Manaus em 2014, aponta a predominância de ONGs filantrópicas inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social do município, recebendo verbas do Fundo Público. No entanto, tais ONGs tem por base princípios religiosos, comprovados através de relatórios de ação acessados pelos pesquisadores.

Desta forma, sendo instrumento da estratégia neoliberal, o terceiro setor vem ganhando dimensões grandiosas na sociedade. Acompanhado por discursos ideológicos pautados nos valores de solidariedade e caridade, sendo abordado de forma equivocada como organizações mais eficientes em detrimento de um Estado burocrático, o que vem ocasionando uma maior aceitação do fenômeno. Com isso, o capital obscurece o real motivo que fundamenta as transformações necessárias para manter seus padrões de acumulação.

Respondendo aos problemas sociais, o terceiro setor tem como entidades representativas: Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos e associações comunitárias, Fundações Empresariais, Instituições Filantrópicas, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), entre outras.

Numa lógica totalmente reversa, tais entidades vêm respondendo às expressões da “questão social” de forma focalizada, descentralizada e pontual. Assim, tais respostas não constituem direito, mas uma atividade filantrópica, voluntária, substituindo a solidariedade social pela solidariedade local.

Nesse contexto, de acordo com Montaña (2008, p. 189),

[...] o projeto neoliberal, que elabora essa nova modalidade de resposta à “questão social”, quer acabar com a direção de direito das políticas sociais e assistenciais, com seu caráter universalista, com a igualdade de acesso, com a base de solidariedade e responsabilidade social e diferencial.

À vista disso, a responsabilidade do Estado frente aos problemas sociais, passa agora para o terceiro setor, a sociedade civil, particularmente pelas ONGs que com a contrarreforma do Estado passaram a adotar um caráter totalmente funcional aos interesses do capital.

As ONGs dos anos 1970-1980, período de grande efervescência dos movimentos sociais, intervinham contra a ordem do capital, assumiam um papel articulador ao lado dos movimentos sociais e captador de recursos para eles.

No entanto, com a contrarreforma do Estado brasileiro, ocorre uma inversão dos papéis, as ONGs passam a ter papel principal, antes pertencente aos movimentos sociais. As

mesmas cresceram muito em termos numéricos, como também ganharam autonomia, passando a ocupar lugar de destaque na sociedade.

Outra característica, é que os membros da ONGs não são mais considerados como funcionários, mas sim como os próprios militantes das organizações populares. Sem falar do aparato legal criado para efetivar as criações e ações das ONG no Brasil, entre elas: a Lei nº. 9.790 de março de 1998, que confere marco legal as ONGs, e o artigo 150, inciso VI, da Constituição Federal de 1988, que estabelece a isenção de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços às instituições sem fins lucrativos. Desse modo, caracterizando-as para o enfrentamento dos problemas sociais.

A relação com o Estado também ganha novas dimensões. Antes, as ONG ao lado dos movimentos sociais, desenvolviam estratégias de enfrentamento ao sistema, imputando demandas ao Estado, via organizações de manifestações populares. Nesse mesmo contexto, Gohn (1998, p. 16) coloca que,

Rapidamente o universo das ONGs alterou seu discurso, passando a enfatizar as políticas de parceria e cooperação com o Estado, destacando que estão em uma nova era onde não se trata mais de dar costas ao Estado, ou apenas criticá-lo, mas de alargar o espaço público no interior da sociedade civil, democratizar o acesso dos cidadãos a políticas públicas e contribuir para a construção de uma nova realidade social, criando canais de inclusão dos excluídos do processo de trabalho.

Desse modo, as conquistas adquiridas pelos cidadãos através da Constituição Federal de 1988 na perspectiva universal de direitos, passa agora para perspectiva de medidas pontuais, fragmentadas e focalizada de serviços sociais.

À vista disso, as ONGs assumem papel central no enfrentamento às expressões da “questão social”, dessa maneira, funcionais ao capital. Além do que, apresentam um novo espaço sócio-ocupacional para as várias profissões, entre elas o Serviço Social.

3. ONGS COMO CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS ASSISTENTES SOCIAIS

Nesse cenário de redefinição do papel do Estado estabelecido pelo projeto neoliberal com transferência de parcela dos serviços sociais para a sociedade civil há o retorno de práticas tradicionais no que se refere ao trato da “questão social”, através do terceiro setor, especificamente com as ONGs. Tal conjuntura rebate diretamente na profissão de Serviço

Social, afeta os espaços sócio-ocupacionais, as demandas profissionais e principalmente nas formas de responder a tais demandas.

Para entendermos melhor os rebatimentos da redefinição do papel do Estado frente aos problemas sociais, e conseqüentemente as mudanças nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, é necessária uma breve retomada do surgimento da profissão.

3.1 Fundamentos do trabalho profissional do assistente social

Segundo Montañó (1997), o surgimento do Serviço Social tem que ser apreendido como qualquer outra profissão, mediante resultado de um processo sócio histórico atravessado pelas lutas de classes, associado à fase monopolista do capitalismo.

Tratando desta temática, Iamamoto (2011) coloca que a constituição e institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade é uma progressiva ação do Estado na regulação da vida social, quando passa a administrar e gerir o conflito de classe, o que pressupõe na sociedade brasileira a relação capital/trabalho constituída através do processo de industrialização e urbanização. Trata-se de quando o Estado passa a tratar a “questão social” não só pela coerção, mas buscando um consenso na sociedade, que desenvolvem-se as bases históricas da demanda profissional.

É nessa conjuntura histórica, particularmente da década de 1930, que o Serviço Social brasileiro origina-se para atuar no campo das expressões da “questão social”, possuindo o Estado como maior empregador e as políticas sociais como base de efetivação para realização profissional.

Assim, os assistentes sociais se inserem na divisão sócio-técnica do trabalho solicitado para executar as políticas sociais, mas “hoje, o próprio mercado demanda, além de um trabalho na esfera da execução, a formulação de políticas públicas e a gestão de políticas sociais” (IAMAMOTO, 2011, p. 20).

À vista disso, o Estado desenvolve as políticas sociais e cria o espaço de intervenção profissional que constitui o mercado de trabalho para categoria e que, conseqüentemente, atribui funcionalidade e legitimidade à profissão.

Porém, com o conjunto de mudanças no padrão de resposta à “questão social” devido ao processo de contrarreforma do projeto neoliberal, nas últimas décadas vem implicando um reordenamento nos espaços de trabalho dos assistentes sociais, à medida que vem reconfigurando de forma significativa o campo das políticas públicas. Com isso, implicando

modificações nas demandas profissionais, na modalidade de intervenção das mesmas, e nos vínculos empregatícios.

3.1.1 Terceiro Setor e Serviço Social: reconfiguração dos espaços sócio-ocupacionais da profissão

A redefinição do papel do Estado com a retração das funções do mesmo no enfrentamento aos problemas sociais, via mudanças no norte das políticas sociais, culmina com a redução do Serviço Social nesse espaço, o que levou à transferência de serviços sociais e de espaço de trabalho para o terceiro setor, principalmente para as ONGs.

A esse respeito Alencar (2009, p. 12) destaca a atuação dos assistentes sociais em tais instituições:

Ocorre que, sendo o atendimento voltado para grupos e segmentos sociais específicos, ele tem por base os princípios da seletividade e da elegibilidade do atendimento social. O trabalho do assistente social passa a ter, portanto, sentidos e resultados sociais bem distintos, o que altera o significado sócio do trabalho técnico-profissional, bem como ainda seu nível de abrangência.

No que se refere ao mercado de trabalho oferecido pelo terceiro setor e, neste caso, principalmente pelas ONGs, as mesmas estão longe de se constituir como estável na absorção de profissionais. Segundo Alencar (2009) em sua grande maioria são caracterizadas pela precarização dos vínculos empregatícios, flexibilização das relações contratuais, alta rotatividade de emprego e jornadas de trabalho de tempo parcial.

Alerta Montaña (2008, p. 249) que a abertura do mercado de trabalho no terceiro setor,

Não parece compensar em relação à quantidade dos postos de trabalho para os assistentes sociais criados na sociedade civil. Não compensa no tipo de vínculo empregatício: instável, flexível, sujeito a financiamento externo de projetos pontuais. Não compensa no tipo de prática demandada: dirigida cada vez mais a gestão de recursos humanos (RH), mais do que a implementação de serviços sociais, e voltada geralmente para uma prática voluntarista/assistencialista.

Alencar (2009) enfatiza que o mercado de trabalho dos assistentes sociais constituídos sob base estatal e sob os princípios da politização da “questão social”, passa a ceder lugar às chamadas organizações sociais, imerso pelos princípios da autoajuda e solidariedade que podem levar à desprofissionalização dos assistentes sociais no atendimento dos usuários.

Enfim, as condições de trabalho nessas instituições, determinadas pelos rebatimentos do projeto neoliberal de desresponsabilização estatal, base fundamental da contrarreforma do Estado brasileiro, repercutem diretamente no Serviço Social.

De acordo com Montaña (2008, p. 255),

O âmbito de inserção profissional no chamado terceiro setor – ONGs, entidades filantrópicas, sem fins lucrativos – não se mostra como vantajoso para o assistente social, seja na estabilidade e condições de emprego, seja no rebatimento social da sua intervenção profissional e na modalidade operativa, não sendo também uma fonte alternativa de emprego que compensaria a retração do emprego no âmbito estatal, particularmente federal e estadual.

Neste sentido, os profissionais do Serviço Social devem assumir a responsabilidade e o desafio de enfrentar as modificações sócio-históricas contemporâneas com uma postura crítica-reflexiva, para não cair nas armadilhas do projeto neoliberal. Os assistentes sociais nos seus espaços de trabalho precisam ter o projeto ético-político profissional como norte de suas ações, que tem a defesa intransigente dos direitos humanos, posicionamento a favor da equidade e da justiça social na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais, sendo tal projeto materializado no Código de Ética da profissão (1993), na Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8662/93) e nas Diretrizes Curriculares de 1996.

4. O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE AÇÃO CULTURAL – CENTRAC (CAMPINA GRANDE/PB)

4.1 O Centro de Ação Cultural – CENTRAC: considerações sobre sua história e funções

O Centro de Ação Cultural – CENTRAC é uma instituição da sociedade civil de direitos privado sem fins lucrativos. Foi fundada em 24 de setembro de 1987, no município de Campina Grande/PB. Localizado na Rua Rodrigues Alves, 672, no bairro da Prata. A entidade tem como missão, colaborar para a elaboração de uma cultura cidadã com destaque nas políticas públicas, junto à sociedade civil organizada ou não, que esteja aplicada no fortalecimento da democracia com a justiça social, por meio da participação e do controle social da gestão pública.

No início de suas ações, o CENTRAC ampliou suas atividades de caráter político-educativo e organizativo, especialmente em relação às mobilizações, estruturação e fortalecimento de sindicatos urbanos e rurais, associações de bairros e movimentos sociais diversos em Campina Grande. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a instituição direcionou suas ações para difusão e popularização dos novos direitos de

cidadania, especialmente no que diz respeito à participação popular no processo de elaboração e de fiscalização das Leis Orçamentárias, e à acessória e formação de representantes da sociedade civil para a participação qualificada nos espaços de definição das políticas públicas.

Em meados da década de 1990 o CENTRAC ampliou sua área de atuação para dois municípios do estado da Paraíba: Lagoa Seca e Nova Palmeira. Nesse período a instituição desenvolveu vários projetos assessorados pela cooperação internacional, com atividades de sensibilização, capacitação e mobilização na participação e controle social dos orçamentos públicos municipais, especialmente as políticas públicas sociais.

Na entrada dos anos 2000 a instituição amplia seu leque de ação, se aproxima do público jovem, investindo na formação dos mesmos, com o objetivo de impulsionar a juventude à participar de forma propositiva e qualificada nos ambientes de construção e implementação de políticas públicas, através de atividades de formação de multiplicadores. Criou também, seu primeiro projeto na área da economia solidaria, baseada na produção de alimentos alternativos. Já em 2006 em parceria com a Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande, desenvolve atividades com o intuito de colaborar com a formação das trabalhadoras no que diz respeito aos direitos humanos, trabalhistas e previdenciários, além da habilitação profissional e acessória jurídica à categoria. Em 2010 passa a desenvolver ações com o segmento de catadores de materiais recicláveis no município de Campina Grande/PB, como também, projetos na área do meio ambiente com base na agroecologia e na agricultura familiar, e no desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários sustentáveis urbanos e rurais com ênfase para o Programa Um Milhão De Cisternas (P1MC).

Com relação à sua estrutura física, a instituição possui sede própria, composta por 01 recepção, 01 sala destinada à administração financeira dos projetos sociais desenvolvidos, 06 salas de trabalho para o desenvolvimento das ações técnicas, 01 sala de reunião, 01 cozinha, 01 mini auditório, 02 garagens. Além de equipamentos como: 11 computadores, 04 impressoras, 02 projetores, central telefônica, internet banda larga e mobiliário necessário ao trabalho para a realização técnica e administrativa dos programas e projetos pertencentes à mesma.

De acordo com seu regimento interno, as decisões da instituição são tomadas coletivamente, através das equipes multidisciplinares, que são: conselho gestor, conselho fiscal, coordenação executiva, coordenação de programas, equipe administrativa e financeira e equipe de comunicação. Ao todo são mais de 10 funcionários das mais diversas áreas.

Os serviços e ações desenvolvidos pelo CENTRAC abrangem diversos segmentos da sociedade, divididos em quatro programas: Controle Social da Gestão Pública, Desenvolvimento Sustentável, Diretos e Igualdade de Gênero e Juventude e Participação Política.

A instituição recebe apoio financeiro de diversos parceiros: cefd – *terre solidaire*, FLD Projetos de Vida *actaliança*, *MISEREOR*, *IHR HILFSWERK*, Secretaria Nacional de Economia Solidária e Fundação Inclusão que Transforma do Banco do Brasil.

4.2 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE AÇÃO CULTURAL – CENTRAC

Conforme supramencionado, a experiência de observação e interação com o trabalho do assistente social no terceiro setor, que motivou o presente artigo, ocorreu no Centro de Ação Cultural – CENTRAC, durante o estágio obrigatório supervisionado, componente curricular obrigatório da graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O estágio ocorreu no período de fevereiro de 2016 a fevereiro de 2017. Durante o período em questão, nos deparamos com a relação teoria/prática e, portanto, com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão.

Dentro da instituição existem quatro programas funcionando. As ações desenvolvidas durante o estágio obrigatório eram vinculadas ao projeto “Cooperar para Melhor Coletar e a Vida Melhorar: apoio às condições de vida e trabalho dos/as catadores/as dos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca e Queimadas, do Estado da Paraíba”, pertencente ao programa “Desenvolvimento Sustentável”.

Tal projeto era desenvolvido e financiado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Governo Federal, inicialmente com proposta de atendimento à 400 catadores contemplados. Porém, ao final havia 609 catadores cadastrados no projeto, sendo 70% não organizados, ou seja, trabalhavam individualmente nas ruas ou lixões, e 30% organizados em cooperativas ou associações.

O referido projeto teve duração de três anos, com aditivo de um ano. O mesmo era coordenado por uma assistente social e contava com a participação de mais duas assistentes sociais.

O trabalho do Serviço Social na Instituição era vinculado e desenvolvido exclusivamente através do projeto da SENAES, não havia articulação com os demais projetos desenvolvidos na ONG. As ações do mesmo eram desenvolvidas apenas com o grupo de

catadores de materiais recicláveis. Dessa forma, não havia uma articulação entre os projetos desenvolvidos na instituição, e as ações eram focalizadas no grupo de catadores, o que fragmenta o atendimento com os usuários, pois na ONG existiam projetos voltados, por exemplo, para a área da saúde, que poderiam ser articulados com o dos catadores, trabalhando na perspectiva de interdisciplinaridade, objetivando o direito de acesso dos usuários em todas as políticas, como menciona a Constituição Federal de 1988.

No que diz respeito às atribuições desenvolvidas pelas assistentes sociais, observou-se limites e possibilidades diante da relativa autonomia profissional. Como por exemplo na realização de um mutirão que ocorreu no mês de abril de 2016 com os catadores que estavam sem documentos como, RG e CPF, como sabemos é direito de todo cidadão possuir tais documentos. Outro exemplo foi o assessoramento durante o mês de maio de 2016, aos catadores na participação do projeto “Recicla São João” da prefeitura de Campina Grande, com a assessoria das assistentes sociais os catadores participaram do projeto, ou seja, viabilizando aos mesmo vínculo empregatício com a prefeitura, conseqüentemente aumento da renda dos catadores com o pagamento realizado pela prefeitura através de uma bolsa. Outra ação que as assistentes sociais vinham realizando era acessória no contrato com a prefeitura de Campina Grande com os catadores para realização da coleta seletiva no município, na época estava em andamento as negociações do contrato entre prefeitura e os catadores. Como se sabe na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS/2010), está prevista a contratação de cooperativas de catadores para realização da coleta seletiva solidária.

As ações acima citadas são fundamentais e necessárias para os usuários, pois foram viabilizados direitos. Porém, são ações focalizadas, seletivas e pontuais, na contramão do acesso universal aos direitos sociais. Desta forma, alterando o significado profissional dos assistentes sociais, como também o nível de abrangência das respostas profissionais. Além de que, fortalecendo a desresponsabilização do Estado em responder aos problemas sociais.

Os limites conhecidos nos demais espaços de trabalho dos assistentes sociais existem também nas ONGs. Porém, por se tratar de um campo do terceiro setor, o mesmo tem suas particularidades.

Um importante limite existente dentro da instituição e, especificamente, no trabalho desenvolvido pelo serviço social é a seletividade no atendimento com os usuários. As ações são desenvolvidas com foco em determinados grupos sociais, como os catadores do município de Campina Grande, Lagoa Seca e Queimadas. Nos demais projetos da instituição ocorria a mesma situação, por exemplo, no programa “Direitos e Igualdade de Gênero” existia um projeto destinado exclusivamente para as trabalhadoras domésticas. Ou seja, não abrange

todos os usuários que de alguma forma têm seus direitos violados. Assim, segundo Iamamoto (2011, p. 130) fortalecendo a,

[...] seletividade no acesso aos programas segundo critérios estabelecidos pelo livre arbítrio das corporações empresariais. Conseqüentemente, vê-se comprometida a dimensão universalizante que envolve a cidadania como igualdade de direitos de todos os cidadãos, requerendo que a prestação de serviços sociais esteja voltada para a coletividade, com livre acesso de todos sem discriminações, o que só ocorre na esfera pública.

O perfil focalizado dos programas desenvolvidos na ONG, tem relação direta com o fato dos projetos serem, em sua maioria, financiados pelo Governo Federal ou pelo setor privado, onde o financiamento vem determinando o público-alvo, a quantidade de ações a serem desenvolvidas, a quantidade de usuários a serem atendidos, entre outros.

Outro limite observado é a dissociabilidade entre os projetos executados na instituição. Os mesmos são desenvolvidos separadamente, fragmentando o atendimento com os usuários e com isso fortalecendo a seletividade em detrimento do direito de todos.

As condições de trabalho na instituição são estabelecidas mediante contratação por projeto, ou seja, os profissionais são contratados para duração do projeto e ao fim do mesmo são demitidos. Nessa perspectiva, Iamamoto (2011) aponta que trata-se de uma das formas de terceirização da prestação de serviços sociais, como nas ONGs as contratações se efetivam segundo projetos temporários ou mediante ações preestabelecidas, esse caráter eventual imprime nos contratos de trabalho dos profissionais recrutado pelas ONGs.

Diante disso, os desafios de atuação nesse campo de trabalho para categoria profissional são diversos, seja nas demandas postas aos assistentes sociais, seja nos vínculos empregatícios, seja nas atribuições e competências desenvolvidas. Sendo a “questão social” a base de fundação e especialização do trabalho dos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2011), que através das políticas públicas sociais são respondidas principalmente via âmbito estatal, e que segundo Constituição Federal é direito dos cidadãos, tem características totalmente reversas se tratando de terceiro setor. Especificamente nas ONGs as expressões da “questão social” são respondidas de forma fragmentada e seletiva, focando determinados grupos sociais nos seus atendimentos, fortalecendo “a tendência à refilantropização social, em que grandes corporações econômicas passam a se preocupar e a intervir na questão social dentro de uma perspectiva de filantropia empresarial” (IAMAMOTO, 2011, p. 43).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Operada pela hegemonia neoliberal, a contrarreforma do Estado através da flexibilização e precarização das bases de regulação das relações sociais, políticas e econômicas, articulada a reestruturação produtiva e ao combate ao trabalho, reverteram as conquistas historicamente conseguidas por pressão e lutas da classe trabalhadora, que teve seu ponto máximo na conquista da Constituição Federal de 1988.

Os rebatimentos desta conjuntura para os profissionais do Serviço Social foram diversos devido a desresponsabilização do Estado frente aos problemas sociais. Desta forma, passando a responsabilidade dos serviços sociais para a sociedade civil, através do terceiro setor, conseqüentemente, surgindo novos espaços de trabalho para as diversas profissões, entre elas para os/as assistentes sociais.

Sendo as ONGs como principal empregadora dos assistentes sociais no terceiro setor tais espaços de trabalho são caracterizados pelo atendimento seletivo e de elegibilidade nos atendimentos sociais com os usuários. As peculiaridades do mercado de trabalho não são diferentes, os mesmos estão longe de se constituírem como estável na absorção de profissionais, na sua grande maioria são caracterizados pela precarização dos vínculos empregatícios, flexibilização das relações contratuais, alta rotatividade de emprego e jornadas de trabalho de tempo parcial.

Portanto, cabe aos profissionais do Serviço Social buscar o aprofundamento histórico, teórico, político e ético, para assim por em prática o seu projeto ético-político. Como também uma postura crítica-reflexiva, na perspectiva de totalidade, amparado pelos princípios e normas do Código de Ética profissional e pelas competências e atribuições da Lei que Regulamenta a profissão.

Neste sentido, os profissionais do Serviço Social devem assumir a responsabilidade e o desafio de enfrentar as modificações sócio-históricas contemporâneas com uma postura crítica-reflexiva, com diálogo constante com as teorias sociais críticas para não cair nas armadilhas do projeto neoliberal. Tendo em vista que este profissional atuante em diversas áreas, em especial a tratada aqui, ou seja, o terceiro setor, que apresenta características desafiadoras, ao considerar as contradições inerentes ao referido campo de trabalho, o qual em meio a sociedade do capital e de natureza neoliberal apresenta limites ao exercício profissional, como também possibilidades.

Isto posto, podemos ressaltar que o terceiro setor enquanto espaço de trabalho dos assistentes sociais, coloca para categoria novos desafios, contradições e particularidades, obrigando aos mesmos uma análise crítica das transformações societárias, buscando

desvendá-las, e sempre aparando suas propostas de trabalho no Projeto ético-político profissional.

SOCIAL AND THIRD SECTOR SERVICE: THE EXPERIENCE OF THE CULTURAL ACTION CENTER (CENTRAC) IN CAMPINA GRANDE / PB

ABSTRACT

This Course Completion Work (TCC), presented as an article, aims to analyze the third sector as a field of action of the Social Work, considering the insertion of social workers in this social-occupational space as a result of the neoliberal counterreform project of the Brazilian State, which consolidated in the country in the 1990s with a strong privatization process and the State's lack of responsibility for social problems, transferring responsibility for social services to society. The interest in this subject arose from the experience of the Mandatory Curricular Supervised Internship in Social Service at the Center for Cultural Action - CENTRAC, in the city of Campina Grande / PB. The present study is characterized as a result of a bibliographical research, through analysis of already elaborated material, such as books and scientific articles. Based on this reflection, considering the third sector as a social-occupational space for social workers, which places new challenges, contradictions and particularities into categories, demanding from them, proposals for work structured by works articulated with the principles of the Ethical-Political Project of profession.

Keywords: Third Sector. NGOs. Social Work.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 1-14

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. Conselho Federal Serviço Social (Organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perdas de direitos**. São Paulo Cortez, 2003.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acessado em: 07 de outubro de 2017.

CENTRO DE AÇÃO CULTURAL – CENTRAC. Disponível em: <http://centrac.org.br/>. Acessado em: 17 de novembro de 2017.

CFESS. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (10ª edição)**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acessado em: 07 de outubro de 2017.

GOHN, Maria da Glória. O novo associativismo e o terceiro setor. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n° 58, novembro/1998, p. 9-23.

_____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 20 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 29. ed. São Paulo. Cortez, 2009.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social**. Ana Elizabete Mota (organizadora). 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista**. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n° 53, março/1997, p. 1 – 18.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequenciais societárias. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo. n° 111, p. 413 – 429 jul/set 2012.

SILVA, Kleylenda Linhares da. **Desafios contemporâneos acerca do terceiro setor e serviço social: entre o novo trato da questão social e a negação da solidariedade**. **Ipea II Conferência do Desenvolvimento (CODE)**. Brasília. 2011.

_____. Uma face contemporânea da barbárie. In: **III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”**. Serpa, 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-6282012000300002&script=sci_abstract&tlng=pt

TONET, Ivo. **Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade.** In **Serviço Social: direitos e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.